

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.208 - PR (2019/0355621-5)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**RECORRENTE** : ROBSON CABRAL MORAES (PRESO)  
**ADVOGADO** : ADRIANA EMILIANO NOGUEIRA - PR084002  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

### DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ROBSON CABRAL MORAES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no julgamento do HC n. 0051521-02.2019.8.16.0000.

Extraí-se dos autos que o recorrente foi condenado pelo Tribunal do Júri, em 10/09/2019, pela prática do crime previsto no art. 121, §2º, IV, do Código Penal (homicídio qualificado), tendo o Juízo de primeiro grau aplicado às penas de 12 anos, 7 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicial fechado, negando-lhe o direito de recorrer em liberdade.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

*HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO EM COAUTORIA (ART. 121, CAPUT, DO CP). CONDENAÇÃO À PENA DE DOZE (12) ANOS, SETE (07) MESES E VINTE (20) DIAS DE RECLUSÃO, EM REGIME INICIAL FECHADO. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE NEGADO. SUBSISTÊNCIA DOS REQUISITOS QUE AUTORIZARAM A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA.*

*HISTÓRICO CRIMINAL ALIADO À PRÁTICA DE NOVO DELITO. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES SUBSTITUTIVAS DA PRISÃO PROCESSUAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, COMO FORMA DE SE EVITAR A REITERAÇÃO DELITIVA, E DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL.*

*FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE COMPROMETEDORA DA REGULARIDADE DA CONSTRIÇÃO CAUTELAR.*

*ORDEM DENEGADA (fl. 56).*

No presente recurso, sustenta a ilegalidade da manutenção da prisão preventiva. Destaca que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, uma vez que pautado exclusivamente na gravidade abstrata do delito. Sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

# Superior Tribunal de Justiça

Ressalta que o recorrente conta com condições pessoais favoráveis.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a concessão da liberdade provisória, ainda que mediante imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões,  **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhe as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator